



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

SEGUNDA-FEIRA – 11 DE SETEMBRO DE 2023 - ANO III – EDIÇÃO Nº 166

Edição eletrônica disponível no site [www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS PUBLICA:

- **DECRETO Nº 132/2023:** DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A SERVIDORA GILCINEI MARTINEZ FERNANDES.

**IMPRENSA OFICIAL  
UMA GESTÃO LEGAL  
E TRANSPARENTE**

- Gestor(a): Aloísio Miguel Rebonato
- Praça Imaculada Conceição, Nº 1251 - Centro
- Tel: (77) 3473-1461



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS - BA

SEGUNDA-FEIRA  
11 DE SETEMBRO DE 2023  
ANO III – EDIÇÃO Nº 166

Edição eletrônica disponível no site [www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS-BA  
Rua Dr. Vital Soares, nº 268, 1º andar.  
CNPJ 13.782.461/0001-05

DECRETO Nº 132/2023, de 11 de setembro de 2023.

*“Dispõe sobre a exoneração, a pedido, de servidor público aposentado pelo RGPS e dá outras providências.”*

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

**CONSIDERANDO** que o artigo 40, V, da Lei Municipal nº 644/2016, de 29 de novembro de 2016, (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macaúbas) fixa a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

**CONSIDERANDO** que o artigo 41, *caput*, da Lei Municipal nº 644/2016, de 29 de novembro de 2016, estabelece a aposentadoria como causa de exoneração do cargo efetivo;

**CONSIDERANDO** que o Regime Geral da Previdência Social é considerado como sistema contributivo oficial dos servidores públicos do Município de Macaúbas, na forma do artigo 116 da Lei Orgânica do Município de Macaúbas, e do artigo 179 da Lei Municipal nº 644/2016;

**CONSIDERANDO** que o artigo 37, § 14º, da Constituição Federal determina o desligamento do servidor público por concessão de aposentadoria que utilizou tempo de contribuição decorrente de seu cargo;

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 1.302.501, fixou a seguinte Tese de Repercussão Geral: ***“O servidor público aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, com previsão de vacância do cargo em lei local, não tem direito a ser reintegrado ao mesmo cargo no qual se aposentou ou nele manter-se, por violação à regra do concurso público e à impossibilidade de acumulação de proventos e remuneração não acumuláveis em atividade”.***

**CONSIDERANDO** os princípios norteadores da Administração Pública, mormente a legalidade, impessoalidade, eficiência, e, ainda, a necessidade fiscal da presente



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAS - BA

SEGUNDA-FEIRA  
11 DE SETEMBRO DE 2023  
ANO III – EDIÇÃO Nº 166

Edição eletrônica disponível no site [www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmacaubas.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS-BA  
Rua Dr. Vital Soares, nº 268, 1º andar.  
CNPJ 13.782.461/0001-05

medida, que se encontra amparada na jurisprudência pacificada da Egrégia Suprema Corte do país;

**CONSIDERANDO**, por fim, que a servidora requereu sua exoneração em razão da aposentadoria;

### DECRETA:

**Art. 1º.** Fica exonerada, a pedido, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Centro de Saúde Doutor Antônio Rodrigues Silva, por motivo de aposentadoria, a servidora **GILCINEI MARTINEZ FERNANDES**, inscrita no CPF nº 455.033.385-53, agradecendo-lhe e parabenizando-lhe por todos os anos de serviços prestados a este Município, tendo exercido suas funções com zelo, esmero, pontualidade e responsabilidade.

**Art. 2º.** Fica determinado à Coordenação de Recursos Humanos que se adote as providências administrativas necessárias ao fiel cumprimento do presente decreto, com a exclusão do (a) servidor (a) da folha de pagamento e o registro do ato nos respectivos assentamentos funcionais.

**§1º.** A Coordenação de Recursos Humanos deverá proceder, no prazo de 10 (dez) dias, o cálculo de eventuais licenças vencidas e saldos de quitação em favor do (a) servidor (a), caso possua.

**§2º.** O pagamento da indenização pecuniária correspondente às licenças vencidas será conforme o disposto no art. 99 da Lei Municipal nº 644/2016.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Macaúbas, Estado da Bahia, em 11 de setembro de 2023.

  
**Aloísio Miguel Rebonato**  
Prefeito Municipal